

PORTUGUÊS

TEXTO I

Como lidar com as críticas

“Escuto muita barbaridade nos comentários. Já falei para repórteres: ‘Vocês acham que os jogadores não riem quando vocês falam besteira?’ Isso mexe na credibilidade. Muitas vezes um jogador pode não falar um plural corretamente, ou errar uma palavra, mas não significa que não tem inteligência na sua atividade. Há vários tipos de inteligência. Se eu passar uma orientação absurda aos jogadores, logo eles vão entender que aquilo não tem coerência. A inteligência dele é do jogo, e eles sabem, eles absorvem. Se um comentarista não sabe interpretar uma jogada, provavelmente vai falar besteira, porque não leva em conta a situação e as variantes da jogada no momento. Já fui comentarista, passei um ano em vídeo, e compreendi o outro lado. Eu procurava compreender a ideia do técnico, o que ele queria fazer com aquilo. O técnico trabalha em cima de uma previsão e o comentarista em cima de um fato acontecido, essa é a diferença.”

(Revista VEJA, novembro de 2011.)

QUESTÃO 1

Infere-se do texto que:

- a. Os jogadores não riem quando escutam besteira.
- b. Um jogador sempre fala plural de forma errada.
- c. Um comentarista não sabe interpretar uma jogada.
- d. Técnico e comentarista têm trabalho semelhante.
- e. Mesmo que um jogador fale errado, pode ser inteligente na atividade profissional.

QUESTÃO 2

“O” em “Eu procurava compreender a ideia do técnico, o que ele queria fazer ...” representa:

- a. Artigo definido
- b. Pronome demonstrativo
- c. Pronome oblíquo átono
- d. Pronome oblíquo tônico
- e. Pronome indefinido

QUESTÃO 3

Assinale a alternativa que fere as normas gramaticais quanto à regência:

- a. Aquiles se sobressaiu no teste de velocidade.
- b. Informar-lhe-ei o resultado do exame assim que o receber.
- c. Aspirávamos às férias no litoral.
- d. Informá-lo-ei da necessidade de estar presente à reunião.
- e. Chamei-o de tolo inúmeras vezes.

QUESTÃO 4

Em “Há vários tipos de inteligência” o verbo haver é impessoal. Assinale a alternativa cuja flexão do verbo não fere a norma culta:

- a. Não podia existir erros naquele trabalho.
- b. Podem haver discussões acirradas na sessão do plenário.
- c. Já fazem alguns anos que não vejo amigos de infância.
- d. Podem chover canivetes, mas não confessarei o crime.
- e. Não podia haver discórdias entre irmãos tão bem criados por aqueles pais.

QUESTÃO 5

Eu diria _____ garotos que meu parecer seria favorável _____ participação deles nas atividades destinadas _____ aquisição de alimentos e na entrega destes _____ famílias carentes.

- a. Aqueles – a – à – a
- b. Aqueles – à – à – à
- c. Àqueles – à – à – a
- d. Àqueles – a – a – à
- e. Àqueles – à – a – a

QUESTÃO 6

Assinale a alternativa cuja pontuação esteja correta:

- a. Quando chegar o dia da festa cantaremos o hino nacional, para as autoridades municipais.
- b. Ele não atendera as ordens do pai; iria, pois, receber uma punição.
- c. Trazia nas mãos, comida, água, agasalhos, para aquecer os mendigos da praça.
- d. O pai, velho coronel do exército, comandava , os passos dos filhos adultos.
- e. As crianças da cidade tão logo saíam de férias, corriam as ruas do bairro, numa grande algazarra.

MATEMÁTICA

QUESTÃO 7

O valor máximo que a função $f(x) = 3|x|^2 - 8|x| + 5$ assume é:

- a. $\frac{4}{3}$
- b. $-\frac{1}{3}$
- c. $\frac{1}{3}$
- d. $-\frac{4}{3}$
- e. $\frac{2}{3}$

QUESTÃO 8

Se $\sin x = \frac{\sqrt{15}}{4}$ e $0 \leq x \leq \frac{\pi}{2}$, então o valor de $\frac{(2 + \cotg^2 x + \tg^2 x) \sec^2 x}{1 + \cotg^2 x}$ é:

- a. $\frac{1}{4}$
- b. $\frac{11}{256}$
- c. $\frac{11}{4}$
- d. $\frac{3}{4}$
- e. $\frac{1}{256}$

QUESTÃO 9

Uma siderúrgica precisa fabricar um pino na forma de um prisma hexagonal regular de 50cm de altura, e cujo lado da base mede 20cm. O pino deve ter, em sua composição, 75% de ferro e 25% de cobre. A quantidade, em dm^3 , de cobre que o pino dever ter é de:

- a. $\frac{3.000}{4} \sqrt{3}$

b. $\frac{300}{4} \sqrt{3}$

c. $\frac{30}{4} \sqrt{3}$

d. $30\sqrt{3}$

e. $300\sqrt{3}$

QUESTÃO 10

Um número natural, quando dividido por 7 e por 8 deixa restos 4 e 3, respectivamente, e mesmo quociente. Determine esse número.

- a. 10
- b. 15
- c. 12
- d. 11
- e. 13

QUESTÃO 11

Um polinômio $p(x)$, mônico de grau 3 com coeficientes reais é tal que, $p(2i)=0$ e $p(0)=-8$. Este polinômio é:

- a. $x^3 - 2x^2 + 4x - 8$
- b. $x^3 - x^2 + 2x - 8$
- c. $x^3 + x^2 + 2x - 8$
- d. $x^3 + 2x^2 - 4x - 8$
- e. $x^3 + 3x^2 - 4x - 8$

QUESTÃO 12

Sejam A , B e E conjuntos tais que A e B são subconjuntos de $E = \{1,2,3,4,5,6\}$.

Se $A \cap B = \{2,3\}$, $E - A = \{4,5,6\}$ e $E - B = \{1,5,6\}$, então $A \cup B$ é:

- a. $\{1,2,3,5\}$
- b. $\{1,2,3,4\}$
- c. $\{1,2,3,6\}$
- d. $\{2,3,4,5\}$
- e. $\{2,3,4,6\}$

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

QUESTÃO 13

Localizado na região Central do Estado de Alagoas, o município de Girau do Ponciano possui aproximadamente 502,150 Km² de território e segundo dados do IBGE (Censo Demográfico 2010) sua população é:

- a. 39.635 habitantes
- b. 32.312 habitantes
- c. 30.625 habitantes
- d. 36.917 habitantes
- e. 31.612 habitantes

QUESTÃO 14

Com relação ao Estado de Alagoas, analise as alternativas abaixo:

- I. A cana-de-açúcar está entre os principais produtos cultivados no Estado.
- II. A rede hidrográfica do Estado, é constituída pelos rios: São Francisco, Ipojuca, Capiberibe e Mandaú.
- III. Na pecuária destacam-se, as criações de aves, equinos, bovinos, caprinos, ovinos e suínos.
- IV. O Estado de Alagoas limita-se com os Estados de Pernambuco, Sergipe, Bahia e o Oceano Atlântico.

A sequência correta é:

- a. V, F, V, F
- b. F, V, V, V
- c. V, F, F, V
- d. V, V, V, F
- e. V, F, V, V

QUESTÃO 15

A bacia do rio São Francisco tem uma localização estratégica, pois seu território faz a ligação entre o Sudeste, a região mais industrializada do Brasil, parte do Centro-Oeste (incluindo a capital federal) e o Nordeste, região que há décadas vem sendo deixada em segundo plano no que diz respeito a investimentos estratégicos. É por essas e outras que o rio São Francisco é mencionado como o rio da integração nacional. O curso principal da bacia, o rio São Francisco, tem uma extensão de 2.696

km, nascendo na Serra da Canastra (MG) e desembocando no oceano Atlântico. Seis estados são banhados pelo rio São Francisco e seus afluentes, além do Distrito Federal. São eles:

- a. Goiás, Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Alagoas e Piauí.
- b. Goiás, Paraíba, Ceará, Pernambuco, Alagoas e Piauí.
- c. Goiás, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.
- d. Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Bahia.
- e. Goiás, Minas Gerais, Ceará, Paraíba, Alagoas e Piauí.

QUESTÃO 16

Uma sacola plástica sozinha causa pouco estrago, mas o consumo excessivo estimulado pela gratuidade e disponibilidade tem grande impacto ambiental. No mundo são distribuídas de 500 bilhões a 1 trilhão de sacolas plásticas por ano. No Brasil, estima-se o consumo de 41 milhões de sacolas plásticas por dia, 1,25 bilhão por mês, e 15 bilhões por ano. Para a confecção de sacolas plásticas são utilizados recursos naturais não renováveis como petróleo e gás natural além de água e energia, e liberados efluentes (líquidos) e gases tóxicos, alguns dos quais acentuam o efeito estufa. Sobre as sacolas plásticas é correto afirmar que:

- a. Seu tempo de degradação na natureza não ultrapassa 20 anos.
- b. Não contribuem para tornar os lixões e aterros impermeáveis.
- c. Podem levar mais de 2 milhões de anos para se degradarem.
- d. Podem levar de 100 a 400 anos para se degradarem.
- e. Não possuem qualquer relação com os alagamentos e enchentes observados nas grandes cidades.

QUESTÃO 17

Assinale a alternativa que indica os países que assinaram em 26 de março de 1991 o Tratado de Assunção, com o objetivo de criar o MERCOSUL.

- a. Argentina, Bolívia, Brasil e Uruguai.
- b. Argentina, Brasil, Chile e Uruguai.
- c. Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela.
- d. Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.
- e. Argentina, Brasil, Colômbia e Uruguai.

QUESTÃO 18

Sabe-se que o Estado brasileiro é Laico desde a constituição de 1891. Por estado Laico pode-se entender que:

- a. É aquele que mantém neutralidade quanto à religião, não adotando nenhuma como oficial e mantendo equidistância entre os cultos, também denominado Estado Secular.
- b. É aquele em que o voto é direto, secreto e obrigatório.
- c. É aquele em que a religião interfere diretamente na gestão pública, também denominado Estado Confessional.
- d. É um Estado que adota a religião católica como oficial, mas permite que qualquer pessoa possa escolher outra religião.
- e. É aquele em que há atuação de três poderes, denominados Executivo, Legislativo e Judiciário, sendo que os três poderes têm atribuições específicas e são independentes entre si, mas devem funcionar em harmonia e de forma complementar.

QUESTÃO 19

Sobre o município de Girau do Ponciano, assinale V para as alternativas verdadeiras e F para as alternativas falsas.

- I. () Desmembrado de Traípu, o município de Girau do Ponciano foi oficialmente instalado em 15 de janeiro de 1956.
- II. () O primeiro prefeito eleito pela população foi Vicente Ramos da Silva que governou de 1962 a 1966.
- III. () São cidades limítrofes do município de Girau do Ponciano: Campo Grande, Jaramataia e Lagoa Grande.
- IV. () O município de Girau do Ponciano está localizado na mesorregião do agreste Alagoano e microrregião de Arapiraca.

A sequência correta é:

- a. V,V,V,F
- b. V,F,F,V
- c. F,V,F,V
- d. V,F,V,V
- e. V,F,F,F

QUESTÃO 20

Considere os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

- I. Em 26 de outubro de 2011, o Ministro do Esporte Orlando Silva, pediu demissão após denúncias de envolvimento de irregularidades em sua pasta.
 - II. O Ministro do Trabalho pediu demissão do cargo em função das denúncias de corrupção e assumiu interinamente o Secretário Executivo, Paulo Roberto dos Santos Pinto.
 - III. O primeiro ano do governo Dilma Rousseff, foi marcado com uma série de demissões dos seus ministros: o primeiro foi Alfredo Nascimento (Transportes), em seguida Orlando Silva (Esportes), Guido Mantega (Agricultura) e Carlos Lupi (Trabalho).
- a. Apenas I está correta
 - b. Apenas II está correta
 - c. Apenas I e II estão corretas
 - d. Apenas II e III estão corretas
 - e. I, II e III estão corretas

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Considere as afirmações a seguir:

- I. Na Ciência Contábil, há praticamente dois regimes contábeis que podem ser utilizados para reconhecimento das variações ocorridas no patrimônio responsáveis pela determinação da apuração de resultados: regime de competência e regime de caixa.
- II. O regime de competência consiste em reconhecer a receita no momento do recebimento de recursos financeiros e a despesa no momento do pagamento.
- III. O regime de competência orienta que o reconhecimento da receita e da despesa deve ser feito no momento em que ocorrer o fato gerador e independentemente do recebimento ou do pagamento, respectivamente.
- IV. O regime de caixa consiste em reconhecer a receita no momento do recebimento de recursos financeiros e a despesa no momento do pagamento.

É válido o que se afirma em:

- a. I e II, apenas
- b. I e III, apenas
- c. II e III, apenas
- d. I, III e IV, apenas
- e. I, II, III e IV

QUESTÃO 22

O objeto da ciência contábil é:

- a. O patrimônio constituído por bens, direitos e obrigações vinculados a uma entidade (pessoa física ou jurídica).
- b. O patrimônio constituído somente por bens e direitos vinculados a uma entidade (pessoa física ou jurídica).
- c. O patrimônio constituído por bens, direitos e obrigações vinculados somente à pessoa jurídica.
- d. O patrimônio constituído por bens, direitos e obrigações vinculados somente à pessoa física e empresas de filantropia.
- e. O patrimônio constituído somente por bens e obrigações não vinculados a empresas prestadoras de serviços.

QUESTÃO 23

Sobre a Contabilidade Pública considere os itens a seguir:

- I. A Contabilidade Pública é o ramo da Ciência Contábil que aplica na administração pública as técnicas de registro dos atos e fatos administrativos, apurando resultados e elaborando relatórios periódicos.
- II. A Contabilidade Pública registra a previsão da receita e a fixação da despesa estabelecidas no orçamento público aprovado para o exercício, escritura a execução orçamentária e faz a comparação entre a previsão e a realização das receitas e despesas.
- III. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC por meio das Resoluções n. 1.128 a 1.137/ 2008 a: “Contabilidade Aplicada ao Setor Público não é um ramo da ciência contábil, pois não aplica no processo gerador de informações, os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as normas contábeis”.
- IV. Além dos bens, compõem o patrimônio dos órgãos e entidades públicas, direitos a receber (saldos bancários, dívida ativa, por exemplo) e obrigações a pagar (fornecedores, dívida fundada etc.), que também devem ser objeto de registro e evidenciação por parte da Contabilidade.

É válido o que se afirma em:

- a. I e III, apenas
- b. II e III, apenas
- c. I, II e III, apenas
- d. III e IV, apenas
- e. I, II e IV, apenas

QUESTÃO 24

Acerca do Regime Orçamentário é correto afirmar que:

- a. O regime para reconhecimento das receitas e despesas orçamentárias, adotado no Brasil, para a Contabilidade Pública é o regime misto, isto é, adota-se ao mesmo tempo o regime de caixa e o de competência.
- b. Pela compreensão do conteúdo, pode-se concluir que é adotado o regime de competência na contabilização da receita orçamentária e o regime de caixa na contabilização da despesa orçamentária.
- c. O regime misto não está contemplado em nossa legislação que trata de Direito Financeiro pelo art. 35 da Lei n° 4.320/64.

d. O regime para reconhecimento das receitas e despesas orçamentárias, adotado no Brasil, para a Contabilidade Pública é somente o regime caixa.

e. O regime para reconhecimento das receitas e despesas orçamentárias, adotado no Brasil, para a Contabilidade Pública é somente o regime de competência.

QUESTÃO 25

Acerca da Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF) julgue os itens a seguir:

I. O objetivo principal da referida lei foi impor normas de conduta, de forma organizada, para os gestores públicos dos entes federativos, seja da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, não somente aos gestores das administrações diretas, como também de toda a administração pública indireta.

II. A forma pela qual se opera a gestão fiscal deve ter a mais absoluta transparência, com ampla divulgação, em estrito cumprimento ao comando constitucional do artigo 37. A publicidade é requisito de eficácia e de moralidade dos atos administrativos, por meio do qual se torna público o comportamento da Administração Pública, especialmente, em relação ao aspecto financeiro.

III. O objetivo primeiro da LRF é fixar a responsabilidade fiscal como um dos princípios da gestão pública, redefinindo a cultura da atividade política no país. Responsável é a pessoa que deve suportar a consequência de sua ação antijurídica, típica e punível.

IV. A LRF veio estabelecer não uma nova espécie de responsabilidade, mas estatuir condições, termos e requisitos para o regular exercício da gestão financeira e patrimonial do Poder Público, cujo eventual descumprimento atrairá, em processo administrativo regular, juízos de reprovação a ilícito administrativo, com possíveis repercussões nos campos da responsabilização civil do Estado e da responsabilização penal pessoal do gestor.

É válido o que se afirma em:

- a. III, apenas
- b. II e III, apenas
- c. I, II e III, apenas
- d. II e IV, apenas
- e. I, II, III e IV

QUESTÃO 26

Acerca de processos licitatórios julgue os itens a seguir:

I. A Administração Pública, seja por suas entidades estatais, autárquicas ou empresariais, realiza obras e serviços, faz compras e aliena bens em prol do interesse público. E para o desempenho de tais atividades, necessário se faz contratar. Seus contratos, em geral, dependem de um procedimento seletivo prévio, que é o arrendamento mercantil.

II. Diante da necessidade de regulamentar o comando constitucional, foi instituída a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que disciplinou o procedimento das licitações e contratações, bem como as situações de dispensa e inexigibilidade de competição.

III. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

IV. A obrigatoriedade da licitação como antecedente dos contratos com a Administração Pública, expressa no artigo 2º da Lei 8.666/93, é reflexo somente do princípio da impessoalidade.

É válido o que se afirma em:

- a. II, apenas
- b. II e III, apenas
- c. I, II e IV, apenas
- d. II e IV, apenas
- e. I, II, III e IV

QUESTÃO 27

Os serviços públicos são de competência privativa do Estado, através da Administração Direta ou Indireta, cabendo a União, os Estados, o Distrito Federal e aos Municípios a prestação de serviços públicos. Acerca das formas de prestação de serviços pode-se afirmar que:

- a. Serviços centralizados: aqueles que o Poder Público transfere ou repassa sua titularidade ou sua execução por outorga ou por delegação, a entidades da Administração Direta ou Indireta (quando determinadas às Autarquias).
- b. Serviços descentralizados : aqueles que o Poder Público presta por meios de seus órgãos, em seu nome e de sua responsabilidade (pelos próprios órgãos do Poder Público);
- c. Serviços descontinuados: aqueles que a Administração executa de forma centralizada, e os distribui entre vários órgãos da mesma entidade, facilitando a sua realização, conclusão, acompanhamento pelos usuários.
- d. Serviços continuados: aqueles que a Administração executa de forma centralizada, e os distribui entre vários órgãos da mesma entidade, facilitando a sua realização, conclusão, acompanhamento pelos usuários.
- e. A prestação ou execução do serviço público ou serviço de utilidade pública, pode ser somente de forma DIRETA. Estabelece o art. 175 da CF/88, que cabe ao Poder Público.

QUESTÃO 28

Acerca da Lei Orçamentária Anual julgue os itens a seguir:

- I. Ao ser elaborado um Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), conterá um quadro demonstrativo da programação dos orçamentos, objetivos e metas (que faz parte do Anexo de Metas Fiscais da LDO)
- II. Deverá constituir da receita do Tesouro Nacional o resultado das despesas (gastos) do Banco do Brasil, depois de apurado a constituição ou reversão de reserva.
- III. Processo orçamentário ou ciclo orçamentário representa o período de tempo que o orçamento público se realiza, desde a sua concepção até a apreciação final, respeitadas as orientações da Lei de Diretrizes Orçamentárias quanto à elaboração e a execução (art. 166 da CF/88).
- IV. O Presidente da República deve enviar o projeto anual de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) até oito (8)

meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro, para sua sanção (art. 57, & 2º da CF/88).

É válido o que se afirma em:

- a. I e III, apenas
- b. II e III, apenas
- c. I, II e III, apenas
- d. I, II, III e IV
- e. I, II e IV, apenas

QUESTÃO 29

O controle administrativo corresponde ao exame que a Administração Pública faz sobre a sua conduta, quanto à legalidade ou ao mérito de seus atos, por iniciativa própria ou mediante provocação. Acerca do controle administrativo é correto afirmar que:

- a. O controle político analisa aspectos de legalidade e de mérito.
- b. O controle político também é responsável pela fiscalização contábil, financeira e orçamentária a cargo do Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- c. O Poder Judiciário pode invadir o mérito do ato administrativo, determinado pela Administração Pública.
- d. O controle financeiro é quem faz a apuração de irregularidades pela Comissão Parlamentar de Inquérito.
- e. O controle financeiro analisa aspectos de legalidade e de mérito.

QUESTÃO 30

Acerca da estrutura e funcionamento do serviço público no Brasil julgue os itens a seguir:

I. Cabe a União exercer a soberania do Estado Brasileiro perante o contexto internacional, exercer os poderes que garanta: a soberania e defesa nacional, a cidadania, os direitos individuais, a boa relação internacional, o bem-estar sócio-econômico do povo, administrar e legislar, entre outras atividades.

II. Cabe a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios competências como: conservar o patrimônio público, proteger os bens históricos, as paisagens naturais e sítios arqueológicos, o meio ambiente e da poluição, a saúde e assistência pública, e sociedade em geral.

III. Cabe apenas a União (art. 24 da CF/88) legislar e normatizar sobre matérias específicas, como: direito tributário, financeiro, econômico, orçamentário, trabalhista etc.

IV. O PODER LEGISLATIVO é exercido pelos diversos órgãos: STF, STJ, TRF, TRT.

É válido o que se afirma em:

- a. I e III, apenas
- b. I e II, apenas
- c. I, II e III, apenas
- d. I, II, III e IV
- e. I, II e IV, apenas

Assinatura do Candidato